



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS

ALICE OLIVEIRA AMORIM

**A influência nordestina sobre o falar amapaense: um  
recorte dos dados do Atlas Linguístico do Amapá - ALAP**

MACAPÁ

2022

ALICE OLIVEIRA AMORIM

**A influência nordestina sobre o falar amapaense: um recorte dos dados do Atlas Linguístico do Amapá - ALAP**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de Letras – Português e Inglês da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

Orientadora: Dra. Sâmela Ramos da Silva Meirelles.

MACAPÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá  
Elaborada por Thalita Ferreira – CRB-2/1557

---

A524i Amorim, Alice Oliveira.  
A influência nordestina sobre o falar amapaense: um recorte dos dados do Atlas Linguístico do Amapá - ALAP / Alice Oliveira Amorim. - 2022. 40 folhas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português- Inglês) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras, Macapá, 2022.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sâmela Ramos da Silva Meirelles

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

Inclui referências.

1. Variação linguística - Amapá - Nordeste. 2. Sociolinguística. 3. Dialeto - Regionalismo. 4. Atlas Linguístico do Amapá - ALAP. I. Meirelles, Sâmela Ramos da Silva, orientadora. II. Título.

Classificação Decimal de Dewey, 22 edição, 469.798

---

AMORIM, Alice Oliveira. **A influência nordestina sobre o falar amapaense:** um recorte dos dados do Atlas Linguístico do Amapá - ALAP . Orientadora: Sâmela Ramos da Silva Meirelles. 2022. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras- Português- Inglês) – Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras, Macapá, 2022.

ALICE OLIVEIRA AMORIM

**A influência nordestina sobre o falar amapaense: um recorte dos dados do  
Atlas Linguístico do Amapá - ALAP**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado para obtenção do Título de “Licenciatura em Letras” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Letras Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

Macapá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**Banca Examinadora:**

---

Profa. Dra. Sâmela Ramos da Silva Meirelles  
Presidente da Banca  
UNIFAP

---

Prof. Dr. Eduardo Alves Vasconcelos  
Avaliador  
UNIFAP

---

Profa. Dra. Edna dos Santos Oliveira  
Avaliadora  
UEAP

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela dádiva da vida, por colocar em meu caminho todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho e por sempre me sustentar nos momentos mais difíceis.

Em especial, aos meus pais, Cicero Cunha de Amorim e Maria de Fátima Oliveira de Amorim. As adversidades da vida não permitiram que vocês tivessem oportunidades de estudo, mas, com muito trabalho, esforço e abnegação, vocês conseguiram mudar essa realidade para mim e para a Adriele (minha irmã). A ajuda de vocês, tanto pelo apoio emocional e financeiro, quanto pelas suas experiências narradas a mim como falantes cearenses que residem no Amapá, foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. Sou imensamente orgulhosa e grata como filha. Este trabalho, assim como a minha graduação, é uma conquista nossa!

À minha querida orientadora professora Dra. Sâmela Ramos da Silva Meirelles, que, além de me guiar na elaboração deste estudo, foi responsável por despertar em mim a curiosidade e o amor pela sociolinguística durante a graduação. Obrigada por todo ensinamento, paciência, atenção e confiança em mim depositados.

Às minhas amigas Ydoreh Marinho e Callyne Rodrigues, pela paciência, respeito, parceria e companheirismo em todos esses anos de graduação. A amizade de vocês tornou a jornada acadêmica mais leve e a universidade um ambiente mais agradável de estar.

À minha turma 2015.1 de Letras português/inglês, por todos os compartilhamentos e trocas de experiências, conhecimentos, risos e choros. Mesmo tão diferentes uns dos outros, o respeito e a admiração sempre prevaleceram entre nós e eu me orgulho disso. Espero que sempre mantenhamos contato, lembrando saudosamente as experiências da graduação e compartilhando os desafios e experiências como profissionais formados em Letras.

## RESUMO

As migrações nordestinas constituem um dos principais fatores para a compreensão da atual distribuição espacial da população brasileira e também são determinantes para a compreensão de diversos fenômenos linguísticos encontrados no português brasileiro. O Amapá é um dos estados que teve a formação da sua sociedade composta em boa parte por migrantes nordestinos. Embora essa comunidade de fala constitua parcela importante da sociedade amapaense e seja relevante para a compreensão da variedade do português brasileiro encontrado no Amapá, observou-se que não há trabalhos linguísticos no estado voltados para essa comunidade. À vista disso, este estudo, que está baseado no arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, tem por objetivo evidenciar a influência nordestina sobre o falar amapaense, por meio de um recorte dos dados linguísticos coletados e publicados pelo Atlas Linguístico do Amapá – ALAP (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017). A seleção dos dados ocorreu, em um primeiro momento, com base no vocabulário pessoal da pesquisadora deste trabalho, que pertence à comunidade de fala nordestina e reside no estado do Amapá, utilizando a sua experiência pessoal e incluindo-se como sujeito da pesquisa. Em segundo momento, com base em resultados obtidos e publicados por pesquisas no âmbito do Projeto Atlas Linguístico do Amapá - ALAP e do Projeto Atlas Linguístico do Brasil - ALIB. Para alcançar nosso objetivo, foram extraídos os seguintes itens lexicais: *capote*, *muriçoca*, *quenga* e *mangará*. Estas lexias estão contempladas, respectivamente, nas seguintes cartas lexicais do Atlas Linguístico do Amapá - ALAP: CARTA L17 “*galinha d’angola*”; CARTA L25 “*pernilongo*”; CARTA L48 “*prostituta*”; e CARTA L73 “*parte terminal da inflorescência da banana*”. Como resultado, observou-se que variantes linguísticas registradas oficialmente como “regionalismos” do Nordeste Brasileiro foram catalogadas no falar amapaense. Em vista disso, além de confirmar a influência nordestina na constituição da variedade do português brasileiro falado no Amapá e a importância de estudos posteriores sobre essa comunidade de fala, este estudo também aponta uma crítica à perspectiva homogênea dos estudos variacionistas e ressalta a necessidade da adoção de uma perspectiva heterogênea e sócio-histórica que interprete a sociedade, a língua e a comunidade de fala como os conjuntos heterogêneos e dinâmicos que realmente são.

**Palavras-chave:** sociolinguística variacionista; variedade linguística amapaense; comunidade de fala nordestina; Atlas Linguístico do Amapá.

## ABSTRACT

The Northeastern migrations constitute one of the main factors for the comprehension of the current spatial distribution of the Brazilian population and are determining for the comprehension of various linguistic phenomena found in Brazilian Portuguese. Amapá is one of the states that had its society's formation composed, to a great extent, by Northeastern migrants. Although this speech community constitutes an important portion of Amapá's society and is relevant for the comprehension of the variety of Brazilian Portuguese found in Amapá, it has been observed that there are no linguistic studies in the state geared towards this community. In view of this, this study, which is based on the theoretical-methodological framework of variationist sociolinguistics, aims to highlight the Northeastern influence on Amapá's speech through a linguistic data cut collected and published by Amapá's Linguistic Atlas – ALAP (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017). The data selection took place, in the first moment, based on the personal vocabulary of the researcher of this study, who belongs to the Northeastern speech community and lives in the state of Amapá, using her personal experience and including herself as subject of the study. On the second part, based on the results obtained and published by studies under the framework of Amapá's Linguistic Atlas Project – ALAP and Brazil's Linguistic Atlas Project – ALIB. To reach our purpose, the following lexical items have been extracted: *capote*, *muriçoca*, *quenga* and *mangará*. These lexical units are covered, respectively, in the following lexical cards from Amapá's Linguistic Atlas – ALAP: CARTA L17 “*galinha d'angola*”; CARTA L25 “*pernilongo*”; CARTA L48 “*prostituta*”; and CARTA L73 “*parte terminal da inflorescência da banana*”. As a result, it has been observed that linguistic variants recorded officially as “Brazilian Northeastern regionalism” have been catalogued in the speech from Amapá. In view of this, in addition to confirming the Northeastern influence on the formation of the variety of Brazilian Portuguese spoken in Amapá and the importance of subsequent studies about this speech community, this study also points out some criticism of the homogeneous perspective of the variationist studies and emphasizes the need for the adoption of a heterogeneous and sociohistorical perspective that interprets the society, the language and the speech community as the heterogeneous and dynamic sets they are.

**Key-words:** variationist sociolinguistics; Amapá's linguistic variety; Northeastern speech community; Amapá's Linguistic Atlas.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - CARTA L17 - Item Galinha d'angola.....	21
<b>Figura 02</b> - CARTA L25 - Item Pernilongo .....	22
<b>Figura 03</b> - CARTA L48 - Item Prostituta .....	23
<b>Figura 04</b> - CARTA L73 - Item Inflorescência da bananeira.....	24

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>QUESTÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL</b> .....	<b>11</b>
<b>2.1</b>	<b>As migrações nordestinas para o estado do Amapá</b> .....	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>DISCUSSÃO TEÓRICA</b> .....	<b>14</b>
<b>3.1</b>	<b>A Sociolinguística Variacionista</b> .....	<b>14</b>
<b>3.2</b>	<b>Dialetologia, Geolinguística e a Geossociolinguística</b> .....	<b>16</b>
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>18</b>
<b>4.1.</b>	<b>O Atlas Linguístico do Amapá - ALAP</b> .....	<b>19</b>
<b>5</b>	<b>DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	<b>21</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os intensos fluxos migratórios nordestinos que ocorreram a partir do século XIX são um dos principais fatores para a compreensão da atual distribuição espacial da população brasileira e também são determinantes para a compreensão de diversos fenômenos linguísticos encontrados no português brasileiro. O Amapá, a exemplo dos estados de sua região, teve a formação da sua sociedade composta em boa parte por migrantes nordestinos. A presença desses falantes no estado é registrada nos documentos oficiais há pelo menos dois séculos e pode ser facilmente notada, sobretudo, na paisagem urbana de Macapá (onde estão concentrados), em nome de estabelecimentos comerciais (como em miniboxes, mercantis, comerciais e lojas variadas), bairros, grupos folclóricos e etc.

Embora a comunidade nordestina constitua parcela importante da sociedade amapaense, observou-se que há uma carência de trabalhos acadêmicos no estado voltados para essa comunidade. A carência de estudos no âmbito linguístico, especificamente, deve-se, em grande parte, ao fato de que as pesquisas de descrição da variedade do português falada no Amapá começaram a tomar corpo apenas recentemente, a partir da elaboração do Atlas Linguístico do Amapá – ALAP (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017).

Em face do exposto, este estudo, que está baseado no arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, ensejando contribuir para os estudos linguísticos no estado do Amapá e promover estudos linguísticos posteriores sobre a comunidade de fala nordestina que reside no Amapá, tem por objetivo evidenciar a influência nordestina sobre o falar amapaense, analisando um recorte dos dados linguísticos coletados e publicados pelo Atlas Linguístico do Amapá – ALAP (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017).

Tendo em vista que a autora deste estudo é uma falante cearense que reside no estado do Amapá, a seleção dos dados ocorreu, em um primeiro momento, com base no vocabulário pessoal da pesquisadora deste trabalho, que utilizou a sua experiência pessoal como falante da comunidade de fala nordestina residente no Amapá e incluiu-se como participante da pesquisa. Em segundo momento, com base em resultados obtidos e publicados por pesquisas no âmbito do Projeto Atlas Linguístico do Amapá - ALAP e do Projeto Atlas Linguístico do Brasil - ALIB.

Para alcançar nosso objetivo, foram, então, extraídos os seguintes itens lexicais: *capote*, *muriçoca*, *quenga* e *mangará*. Estas lexias estão contempladas, respectivamente, nas seguintes cartas lexicais: CARTA L17 “*galinha d’angola*”; CARTA L25 “*pernilongo*”; CARTA L48 “*prostituta*”; e CARTA L73 “*parte terminal da inflorescência da banana*”.

O presente estudo foi, então, organizado em cinco seções. Como estamos tratando de fenômenos linguísticos provenientes de processos migratórios, na primeira seção, apresentamos um breve panorama das questões históricas e sociais sobre as migrações internas no Brasil e abordamos acerca das migrações nordestinas para o estado do Amapá.

Na segunda seção, realizamos uma breve incursão histórica do modelo teórico adotado nesta pesquisa, a Sociolinguística Variacionista e também abordamos, brevemente, os princípios teórico-metodológicos que fundamentam as pesquisas linguísticas do Atlas Linguístico do Amapá (2017): a Dialetologia e a Geolinguística Pluridimensional.

Na terceira seção, destrinchamos os procedimentos metodológicos adotados neste estudo e tratamos acerca do Atlas Linguístico do Amapá (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017), obra na qual coletamos os nossos dados. Na quarta seção, apresentamos as análises realizadas sobre os dados coletados e discutimos os resultados obtidos. Encerrando, na quinta seção, com as considerações finais acerca do nosso trabalho.

É necessário ressaltar, ainda, que o período de elaboração desta pesquisa (2020-2021) coincidiu com o período de ocorrência da pandemia mundial de COVID-19, o que resultou em limitações metodológicas para a presente pesquisa. Esta pandemia, que teve seu início registrado em 1 de dezembro de 2019, devido ao elevado número de contaminados e vítimas fatais, fez com que diversos países, incluindo o Brasil, chegassem a situação de emergência sanitária, ocasionando episódios de restrição parcial e/ou total de contato social.

## 2 QUESTÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL

A distribuição espacial da população e o processo de urbanização no território brasileiro foram, historicamente, constituídos por intensos fluxos migratórios, que estiveram, sobretudo, subordinados às demandas da sociedade<sup>1</sup> e se ajustaram conforme as conjunturas históricas, econômicas, sociais, demográficas e políticas do país. Inicialmente, as migrações internas foram conduzidas pelo processo de colonização e, em seguida, pelos ciclos econômicos vigentes (café, açúcar, cacau e borracha). A partir de 1930, a política industrializante direcionou os migrantes para as fronteiras agrícolas (Paraná, Centro-Oeste e Maranhão) e aos centros industriais da Região Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo). Essa tendência geral migratória se perpetuou até a década de 1970 e foi responsável por modificar drasticamente a configuração espacial da população brasileira (VALE; LIMA; BONFIM, 2004).

Apesar da manutenção dos fluxos de longa distância canalizados para os grandes centros urbanos, nas décadas de 80 e 90, observou-se novas dinâmicas migratórias que são marcadas tanto pelo arrefecimento das emigrações nordestinas quanto pelas migrações de retorno, além dos fluxos migratórios para cidades de porte intermediário (as cidades médias). No que concerne à dinâmica migratória do Século XXI, as evidências indicam que, além das demandas sociais e contextos nacionais, as migrações internas atuais também são condicionadas pelas transformações advindas pela nova ordem econômica internacional, incluindo as dinâmicas locais ao sistema-mundo e apresentando deslocamentos com caráter mais reversível, marcados por uma intensa rotatividade (BAENINGER, 2014).

Tratando dos deslocamentos populacionais no território brasileiro, um importante destaque são as migrações inter-regionais oriundas da região nordestina, uma vez que, ao longo dos anos, essa região enviou enormes contingentes populacionais para as demais regiões do Brasil e se estabeleceu como a principal área de perda populacional do país. As migrações nordestinas alcançaram os locais mais remotos, apresentando grande participação na distribuição espacial da

---

<sup>1</sup> “Quando nos referimos aos problemas ou demandas sociais, estamos tratando das necessidades que emergem no dia-a-dia das pessoas, principalmente as das classes mais pobres, isto é, estamos tratando de problemas como a fome, a falta de emprego, as dificuldades na área da saúde etc.” (PEREIRA, 2015, p. 262).

população brasileira. Como veremos a seguir, assim como muitos estados brasileiros, o Amapá recebeu um grande número de nordestinos. A comunidade nordestina está presente no estado desde o início da formação da sociedade amapaense, no século XX, e permanece constituindo boa parcela de sua população atualmente.

## **2.1 As migrações nordestinas para o estado do Amapá**

Além das invasões e disputas territoriais, a história amapaense é marcada por diversas ondas migratórias. As maiores comunidades de migrantes presentes no estado são oriundas do estado vizinho, Pará, e da Região Nordeste, principalmente, dos estados do Maranhão e Ceará. Voltando-se especificamente para a presença nordestina no Amapá, a primeira grande onda de migração (1877/1880) foi registrada no período em que a Grande Seca (1877-1879) assolava os sertões nordestinos (sobretudo, os sertões cearenses) e a extração da borracha ainda não havia alcançado monopólio econômico. Nessa época, “colônias agrícolas e o trabalho urbano em obras públicas, comércio e oficinas eram espaços que concorriam com os seringais por “braços cearenses” (BARBOZA, 2013, p.14).

Entre o final do século XIX e ao longo do século XX, as secas recorrentes e as tiranias das elites locais fizeram com que muitos nordestinos abandonassem os sertões e se deslocassem para territórios distantes, como o Amapá. Todavia, a vinda massiva aos territórios amazônicos deu-se, sobretudo, à implantação de uma política nacional de mobilidade social, que visava, dentre outras coisas, solucionar os problemas sociais causados pela concentração dos retirantes (principalmente, nos centros urbanos cearenses); aumentar a densidade humana na Amazônia e atender aos interesses dos capitalistas exploradores do látex, da castanha do Pará, do ouro, de produtos oleaginosos (sementes de andiroba, de copaíba, de cumaru) e de peles de animais (como onças e gatos maracajás) (LUNA, 2020).

A partir da década de 40, o Amapá passou a receber volumes cada vez maiores de migrantes nordestinos, em consequência de fatores como: o segundo ciclo da borracha (1942-1945); a política de convocação de nordestinos para se tornarem “soldados da borracha”; a criação do Território Federal do Amapá – TFA (1943) e a chegada da Indústria e Comércio de Minérios S/A – ICOMI (1957). Tais acontecimentos promoveram novas possibilidades políticas e econômicas, bem como

novas oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, atraíram migrantes que buscavam por melhores condições de vida. Aos poucos, esses migrantes foram se tornando responsáveis não só pela diversificação de profissionais, como também pelo fortalecimento da vida política e econômica no território:

Homens e mulheres (paraenses, cearenses, pernambucanos, paraibanos) vieram para Macapá em busca de satisfazer sonhos de prosperidade e de melhores condições de vida. Alguns chegaram até a Icomi, outros conseguiram cargos públicos como técnicos, outros trabalharam na construção civil. Os de espírito inventivo dedicavam-se ao comércio ambulante, começavam a vida colocando uma sacola no bagageiro de uma bicicleta e saíam vendendo roupas nas casas, ou mesmo fabricando e vendendo sacolas de papel no Mercado Central da cidade. Algumas dessas experiências resultaram no sucesso de diversos comerciantes, pois com o passar do tempo se tornaram grandes comerciantes, fazendo parte da elite econômica local (LUNA, 2020, p.142-143).

Mesmo diante do quadro de atenuação das migrações nordestinas em todo país a partir de 1980 (com a grande ocorrência de migrações de retorno), os dados dos censos de 1991 e 2000 mostram que o Amapá continuou apresentando grande crescimento em sua população migrante nordestina. Esses dados podem ser interpretados à luz de fatores, como: o projeto Jari; a exploração de ouro nos municípios de Calçoene, Tartarugalzinho, Amapá e Oiapoque; a elevação do TFA à categoria de Estado (1988); a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS (1992); e ações do governo federal, que ofertavam vagas de emprego nos serviços públicos.

Como resultado dessas dinâmicas migratórias, até hoje, o número de migrantes exerce grande influência nos números da população residente no estado. Segundo o IBGE, em 2010, haviam 669.526 pessoas no Amapá. Destes, 210.606 eram migrantes, sendo 156.087 paraenses e 38.854 nordestinos. Estes últimos, majoritariamente, oriundos do Maranhão (24.852) e do Ceará (5.391).

Portanto, há pelo menos dois séculos, a comunidade nordestina se mantém inserida na sociedade amapaense, ajudando a compor a sua história, a sua política, a sua economia e, assim, a sua identidade. Os vestígios da presença nordestina são encontrados em todo o estado, sobretudo, na paisagem urbana da cidade de Macapá (onde se concentra), em nome de estabelecimentos comerciais (como em miniboxes, mercantis, comerciais e lojas variadas), bairros, grupos folclóricos e de pessoas.

### 3 DISCUSSÃO TEÓRICA

O presente estudo está baseado no arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística, mais precisamente, da Sociolinguística Variacionista. Com vistas a entender nosso objeto de análise, nesta seção, realizamos uma breve incursão histórica da teoria laboviana e elucidamos os seus principais postulados teóricos-metodológicos. Levando em consideração que este trabalho apresenta um recorte de dados do Atlas Linguístico do Amapá – ALAP (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017), em seguida, também abordamos, brevemente, os princípios teórico-metodológicos que fundamentam as pesquisas linguísticas do ALAP: a Dialectologia e a Geolinguística Pluridimensional.

#### 3.1 A Sociolinguística Variacionista

Os estudos linguísticos no século XX foram marcados por duas grandes correntes: o estruturalismo saussuriano e o gerativismo chomskyniano. Apesar de suas divergências, ambas as correntes convergem em relação à concepção de língua como um sistema homogêneo desvinculado de fatores históricos e sociais e à crença de que a relação entre sociedade e linguagem não é relevante para os estudos linguísticos (COELHO et. al., 2015). No entanto, no mesmo período de tempo, haviam pesquisadores que, diferentemente de Saussure e Chomsky, postulavam uma concepção efetivamente social de língua e faziam as suas análises linguísticas levando em consideração fatores linguísticos e extralinguísticos, elaborando, assim, produções científicas com natureza semelhante à da futura Sociolinguística, como Antoine Meillet (1866-1936), Bakhtin (1895-1975) e os membros do Círculo Linguístico de Praga, com destaque para Émile Benveniste (1902-1976) (CALVET, 2012).

A formalização da Sociolinguística como campo específico de estudo teria acontecido em 1964, na Universidade de Los Angeles - UCLA, em uma conferência organizada por William Bright. Segundo Calvet (2012), nessa reunião, estiveram presentes 25 pesquisadores que compartilhavam o mesmo foco em suas pesquisas: a relação língua-sociedade. Dentre eles, estavam John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes e Charles Ferguson. As contribuições dos participantes foram sintetizadas e publicadas por William Bright em 1966, na obra intitulada *Proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference*. Como resultado da

conferência, novos posicionamentos surgiram e passaram a concorrer com os pensamentos formalistas que dominavam os estudos linguísticos da época. A partir de então, os sociolinguistas elencaram a língua falada como objeto de análise e postularam que as mudanças na língua ocorrem por meio do comportamento social, motivadas por fatores linguísticos e extralinguísticos.

A Sociolinguística Variacionista (também conhecida como Sociolinguística Laboviana, Sociolinguística Quantitativa ou Teoria da Variacionista) teve seu começo quando William Labov apresentou o seu primeiro relato de pesquisa sociolinguística no encontro anual da Sociedade Linguística da América - LSA e publicou "*The social motivation of a sound change*", ambos em 1963. Essa corrente se ocupa dos estudos voltados para a variação e/ou mudança linguística dentro do contexto social da comunidade de fala e tem como principais pressupostos teóricos: a) a língua como um sistema heterogêneo; b) as formas variantes como portadoras de significado social; c) a comunidade como *locus* do estudo da língua; e d) as relações entre variação e mudança (COELHO et. al., 2015).

Acerca dos aspectos metodológicos, as pesquisas sociolinguísticas são realizadas por meio de entrevistas, relato de experiências e narrativas pessoais. Os sociolinguistas descrevem e explicam os fenômenos linguísticos por meio da observação direta da língua falada em situações naturais (espontâneas) de interação social face a face com o falante-ouvinte real inserido numa comunidade de fala. A língua analisada é o vernáculo, um estilo bem menos monitorado pelo falante, usado em casa ou com os amigos, por exemplo. Para conseguir que o falante deixe de prestar atenção em como diz, para se atentar ao que diz, é necessário que o entrevistador conduza tópicos que explorem experiências vivenciadas, emoções, etc. Considerando que não existe uma comunidade homogênea e que o informante, ao interagir com outros falantes de sua comunidade, está sujeito à influência do meio, os variacionistas entendem que o repertório linguístico do informante pode apresentar variação e/ou mudança (COELHO et. al., 2015).

No Brasil, as pesquisas variacionistas tiveram início ainda na década de 1970, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Anthony Naro. Desde então, muitos trabalhos vêm sendo realizados nessa linha, com grupos de pesquisa por todo o país, gerando um extenso volume de estudos sobre as variedades do português falado no Brasil. Atualmente, alguns grupos universitários brasileiros que seguem os pressupostos teóricos-metodológicos da sociolinguística são: O Programa

de Estudos sobre o Uso da Língua – PEUL e o grupo do projeto Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro – NURC, na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; e o projeto de Variação Linguística da Região Sul do Brasil – VARSUL, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS (COELHO et. al., 2015).

### **3.2 Dialetoлогия, Geolinguística e a Geossociolinguística**

A Dialetoлогия é um ramo da linguística que assume a tarefa de identificar, descrever e situar os diferentes usos de uma determinada língua, conforme a sua distribuição espacial, os seus aspectos socioculturais e a cronologia dos dados (CARDOSO, 2016). Os estudos nessa área iniciaram nos fins do século XVIII, ganhando força no século XIX, com a aplicação do método Geolinguístico (geografia linguística) e, finalmente, se consolidando no início do século XX, com a publicação do *Atlas linguistique de la France*, de Jules Gilliéron e Edmond Edmont (1902-1910) (SANCHES; GONÇALVES, 2019). Para dar cumprimento aos seus objetivos, a Dialetoлогия recorre ao seu método por excelência, a Geografia Linguística, ou, como atualmente vem sendo denominada, a Geolinguística.

A Geolinguística, enquanto método da Dialetoлогия, ajuda a sistematizar a coleta de dados, organizando os instrumentos de pesquisa, delimitando os grupos de informantes e auxiliando no mapeamento dos dados coletados *in loco* (SANCHES; CAMARÃO, 2020). De maneira geral, “essa técnica metodológica consiste em apresentar os dados linguísticos sob a forma de mapa ou carta geográfica, distribuídos por pontos espacialmente identificados” (CARDOSO, 2016, p.17). A partir dos dados geolinguísticos, os dialetólogos conseguem tanto localizar espacialmente as variações linguísticas, umas em relação às outras, como situar socioculturalmente cada um dos informantes.

Com o surgimento e avanço dos estudos da Sociolinguística Variacionista, disciplina que prioriza a variação social, a Dialetoлогия e o método geolinguístico, que priorizam a variação diatópica, ampliaram o seu campo de investigação, inserindo em suas análises variáveis sociais mais complexas, tais como: a variação diastrática, diafásica, diamésica, diagenérica, diageracional, entre outras. Tal adição conduziu, então, ao termo que denomina tal forma de análise: a Geolinguística Pluridimensional (CARDOSO, 2010), que também é designada como Dialetoлогия Pluridimensional

(RADTKE; THUN, 1996); Geossociolinguística (RAZKY, 2003) ou Sociodialetoлогия (GUY, 2012; SANCHES, 2015). Embora essa nova vertente abranja fatores sociolinguísticos, o seu foco principal continua sendo no aspecto espacial, fazendo com que permaneça dentro do campo dialetológico de estudo.

Como resultado dos estudos Dialetológicos no Brasil, destaca-se o Atlas Linguístico do Brasil – ALiB (CARDOSO, 2014), publicado em 2014. Além do ALiB, de abrangência nacional, diversos atlas linguísticos regionais foram publicados e outros estão em processo de elaboração. Essas publicações podem ser divididas em dois momentos: antes e depois do início das pesquisas para o ALiB. Os atlas linguísticos publicados antes do ALiB se diferenciam metodologicamente e são monodimensionais. Já os atlas linguísticos publicados após o ALiB se caracterizam pela uniformidade metodológica e por serem pluridimensionais (SANCHES; CAMARÃO, 2020). Entre os atlas regionais mais recentes, está o atlas utilizado neste trabalho, o Atlas Linguístico do Amapá (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017).

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentamos, nesta seção, os procedimentos metodológicos adotados nas várias etapas deste estudo. A presente pesquisa é de cunho sociolinguístico e possui natureza documental. Com o intuito de compor uma base confiável de interpretação e validação dos resultados alcançados, utilizamos os métodos qualitativo e quantitativo. O método qualitativo, pela interpretação subjetiva dos dados coletados, baseando-se na comparação de obras e resultados obtidos em pesquisas similares. O método quantitativo, por representar os dados em gráficos, porcentagens e discuti-los com base na frequência de uso representada numericamente.

Tratando acerca da coleta de dados, os itens lexicais aqui tomados como objeto de estudo são um recorte do material linguístico que foi documentado pela equipe do Projeto Atlas Linguístico do Amapá e publicado na obra Atlas Linguístico do Amapá – ALAP (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017). Os dados lexicais do Atlas Linguístico do Amapá foram obtidos como respostas ao Questionário Semântico-Lexical (QSL) e apresentados na obra por meio de cartas lexicais e quadros.

A autora deste estudo é uma falante cearense que reside no estado do Amapá. Tendo isso em vista, a seleção dos dados ocorreu, em um primeiro momento, com base no vocabulário pessoal da pesquisadora deste trabalho, utilizando a sua experiência pessoal como falante da comunidade de fala nordestina residente no Amapá e incluindo-se como participante da pesquisa. Em segundo momento, com base em resultados obtidos e publicados por pesquisas no âmbito do Projeto Atlas Linguístico do Amapá - ALAP e do Projeto Atlas Linguístico do Brasil - ALIB. Para alcançar nosso objetivo, foram, então, extraídos os seguintes itens lexicais: *capote*, *muriçoca*, *quenga* e *mangará*. Estas lexias estão contempladas, respectivamente, nas seguintes cartas lexicais: CARTA L17 “*galinha d’angola*”; CARTA L25 “*pernilongo*”; CARTA L48 “*prostituta*”; e CARTA L73 “*parte terminal da inflorescência da banana*”.

A organização dos dados foi realizada utilizando os programas Excel e Word como suporte tecnológico. Esses programas ajudaram a elaborar tabelas que pudessem ilustrar o uso das variantes selecionadas conforme a faixa etária (variação diageracional), sexo (variação diagenérica) e a distribuição espacial (variação diatópica) dos informantes. Após selecionar e organizar os dados, verificamos, ainda, como tais lexias estão, atualmente, registradas em dicionários de língua portuguesa conceituados, direcionados ao público em geral. Assim sendo, foram consultados três

dicionários de língua portuguesa: o *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2012); o *Dicionário Online Caldas Aulete* (2022) e o *Dicionário Michaelis On-line* (2022).

A discussão dos dados foi organizada, portanto, da seguinte forma: apresentação das cartas lexicais; verificação da dicionarização dos itens lexicais analisados; cotejo entre dados documentados pelo Projeto ALAP, Projeto ALiB e IBGE (2010); observações empíricas sobre os dados analisados; e, por fim, apresentação de algumas análises críticas sobre à perspectiva homogênea dos estudos variacionistas.

É importante salientar ainda que, na análise dos dados, esta autora, enquanto falante cearense residente no estado no Amapá, apresenta algumas impressões pessoais sobre os dados coletados. Essas informações, em específico, foram originadas de modo empírico, como resultado de conversas espontâneas em sua própria casa, durante momentos descontraídos de reunião em família e amigos. Todas as sete pessoas questionadas nasceram na Mesorregião Noroeste Cearense, mais especificamente, na cidade de Frecheirinha, e vieram para o Estado do Amapá a partir dos anos 2000 para trabalhar em estabelecimentos comerciais do tipo mercearia, profissão que permanecem exercendo atualmente.

#### **4.1. O Atlas Linguístico do Amapá - ALAP**

O Atlas Linguístico do Amapá – ALAP (2017), sob autoria de Abdelhak Razky, Celeste Ribeiro e Romário Sanches, é uma obra resultante do Projeto ALAP. O projeto foi idealizado em 2008, após a dissertação “*A variável (r) posvocálica medial nos estados do Amapá e Pará: um estudo geossociolinguístico*”<sup>2</sup> ser defendida pela professora Celeste Ribeiro. A dissertação foi resultado das orientações e registros de aulas do professor Razky no curso de mestrado da UFPA e utilizou os dados coletados para o Atlas Linguístico do Brasil – ALiB (CARDOSO, 2014). A partir da idealização do projeto, surgiu o grupo de pesquisa ALAP (Atlas Linguístico do Amapá)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> RIBEIRO, C. M. da R. A Variável (r) posvocálica medial nos estados do Amapá e Pará: um estudo Geossociolinguístico. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária) - Universidade Federal do Pará, 2008.

<sup>3</sup>O grupo, que está registrado no Departamento de Pesquisa de Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP e vinculado ao Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes, é coordenado pelos professores Abdelhak Razky, da Universidade

A primeira publicação foi lançada em 2017, com o objetivo de descrever e mapear o português brasileiro falado em 10 localidades do estado do Amapá, evidenciando as variedades linguísticas voltadas aos aspectos fonético-fonológicos e semânticos-lexicais característicos de cada localidade. Para isso, a sua elaboração seguiu os mesmos pressupostos teórico-metodológicos (a Dialetoologia e a Geolinguística Pluridimensional) e os mesmos questionários usados pela equipe do Projeto ALiB. O questionário fonético-fonológico (QFF) é composto por 159 questões e o questionário semântico-lexical (QSL) apresenta 202 questões. O QSL, em especial, é segmentado em 14 campos semânticos, a constar: 1. Acidentes geográficos; 2. Fenômenos atmosféricos; 3. Astros e tempo, 4. Atividades agropastoris; 5. Fauna; 6. Corpo humano; 7. Ciclos da vida; 8. Convívio e comportamento social; 9. Religião e crenças; 10. Jogos e diversões infantis; 11. Habitação; 12. Alimentação e cozinha; 13. Vestuário e acessórios e 14. Vida urbana.

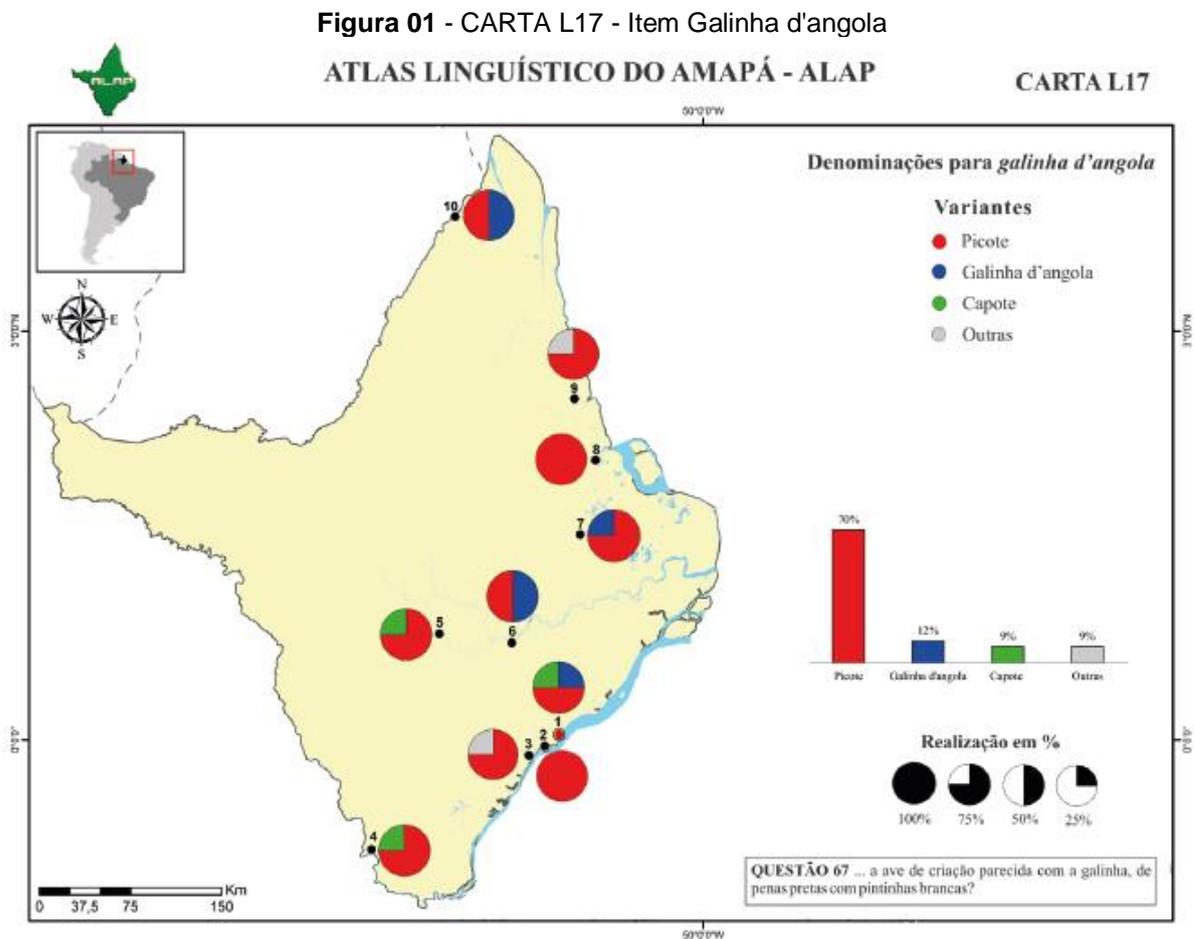
A coleta dos dados foi realizada entre 2012 e 2014. Ao todo, os pesquisadores selecionaram 40 informantes, que foram estratificados em localidade, faixa etária (A - 18 a 30 anos e B - 50 a 75 anos) e sexo (M - masculino e F - feminino), de modo que em cada localidade houvessem 04 informantes: 1 homem e 1 mulher de 18 a 30 anos; 1 homem e 1 mulher de 50 a 75 anos. Além disso, também foram considerados os seguintes critérios: ter nascido no município; ser filho de pais nascidos na região; não ter morado em outro Estado ou Região por mais de um ano; ter nível de instrução escolar variando de analfabeto ao Ensino Fundamental completo; possuir boas condições de saúde e de fonação e ter disponibilidade para a entrevista.

Sua organização foi dividida em 11 partes: prefácio, introdução, o Estado do Amapá, os municípios de pesquisa, metodologia, cartas introdutórias, cartas fonéticas, cartas lexicais, cartas estratificadas, referências e agradecimentos. Sobre as cartas, o ALAP apresenta 16 cartas fonéticas, 73 cartas lexicais e 30 cartas estratificadas em sexo e idade, por localidade (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017).

## 5 DISCUSSÃO DOS DADOS

Para as considerações que se fazem a seguir, examina-se um conjunto de quatro cartas linguísticas lexicais que integram o *corpus* do Atlas Linguístico do Amapá – ALAP (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017), assim identificadas: L17 (GALINHA D'ANGOLA); L25 (PERNILONGO); L48 (PROSTITUTA); e L73 (PARTE TERMINAL DA INFLUORESCÊNCIA DA BANANEIRA).

### a) CARTA L17 – “GALINHA D'ANGOLA”

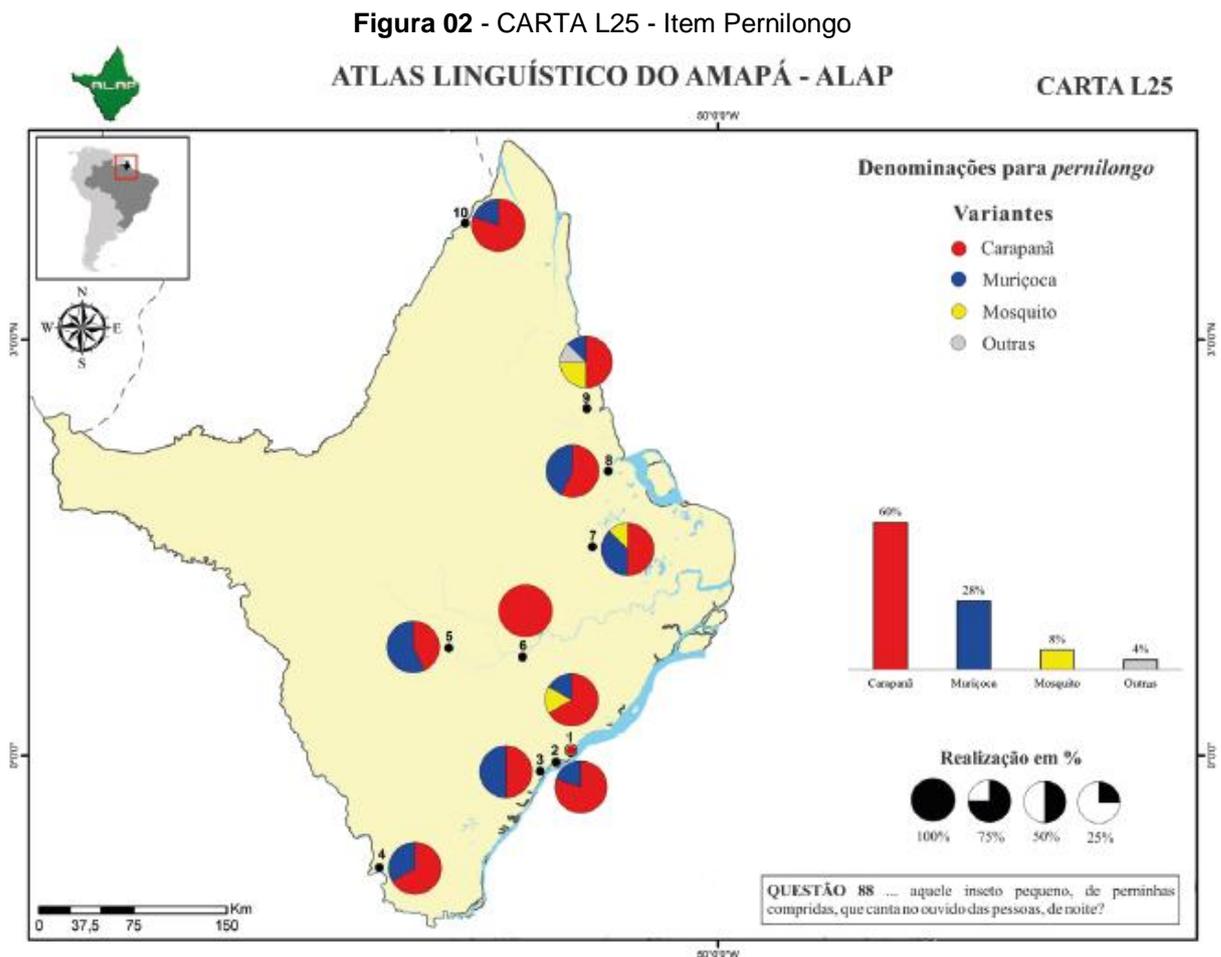


Fonte: Razky, Ribeiro e Sanches (2017, p.106).

A carta 17 (fig. 01) mostra que, do ponto de vista geográfico, a variante predominante no Amapá na designação de uma ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas é “*picote*”, com 70% das ocorrências totais, seguida de “*galinha d'angola*” (12%), “*capote*” (9%) e *outras* (9%). Para a discussão a que se propõe este trabalho, extraiu-se o item lexical “*capote*”. Esse item

lexical, em específico, foi registrado em três localidades do Estado: Macapá (01), Laranjal do Jari (04) e Pedra Branca do Amapari (05). Os informantes que usam essa lexia são: um homem, com a faixa etária de 50 a 75 anos; uma mulher de 18 a 30 anos e uma mulher de 50 a 75 anos.

## b) CARTA L25 – “PERNILONGO”

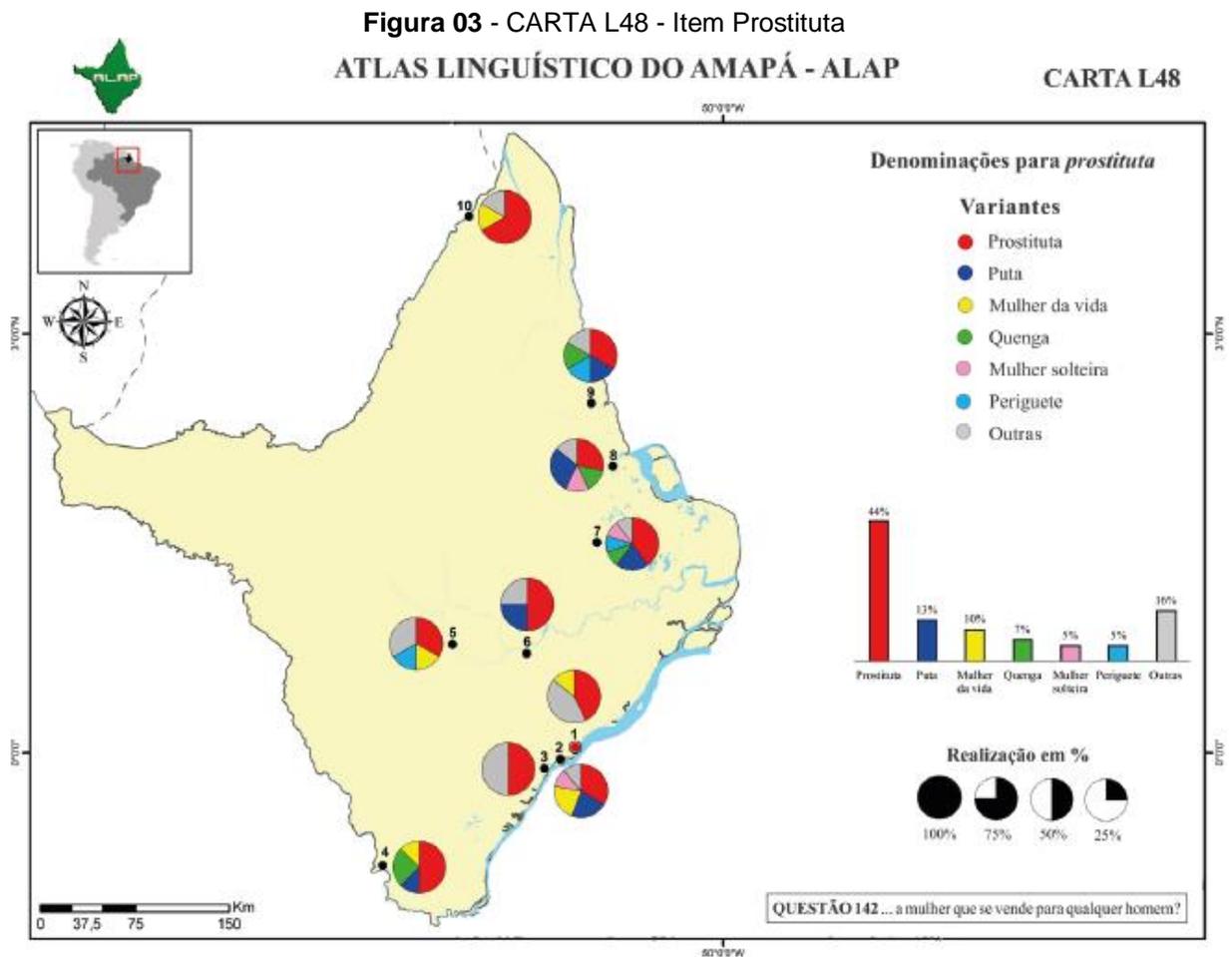


Fonte: Razky, Ribeiro e Sanches (2017, p.122).

A carta 25 (fig. 02) mostra que, do ponto de vista geográfico, a variante predominante no Amapá na designação de um inseto pequeno, de perninhas compridas, que canta no ouvido das pessoas à noite é “*carapanã*”, com 60% das ocorrências totais, seguida de “*muriçoca*” (28%), “*mosquito*” (8%) e outras (4%). Para a discussão deste trabalho, destacamos o item lexical “*muriçoca*”, que é o segundo mais recorrente do estado, registrado em nove localidades: Macapá (01), Santana (02), Mazagão (03), Laranjal do Jari (04), Pedra Branca do Amapari (05), Tartarugalzinho (07), Amapá (08), Calçoene (09) e Oiapoque (10). Os informantes

dessa lexia foram: quatro homens de 18 a 30 anos e seis homens de 50 a 75 anos; quatro mulheres de 18 a 30 anos e sete mulheres de 50 a 75 anos.

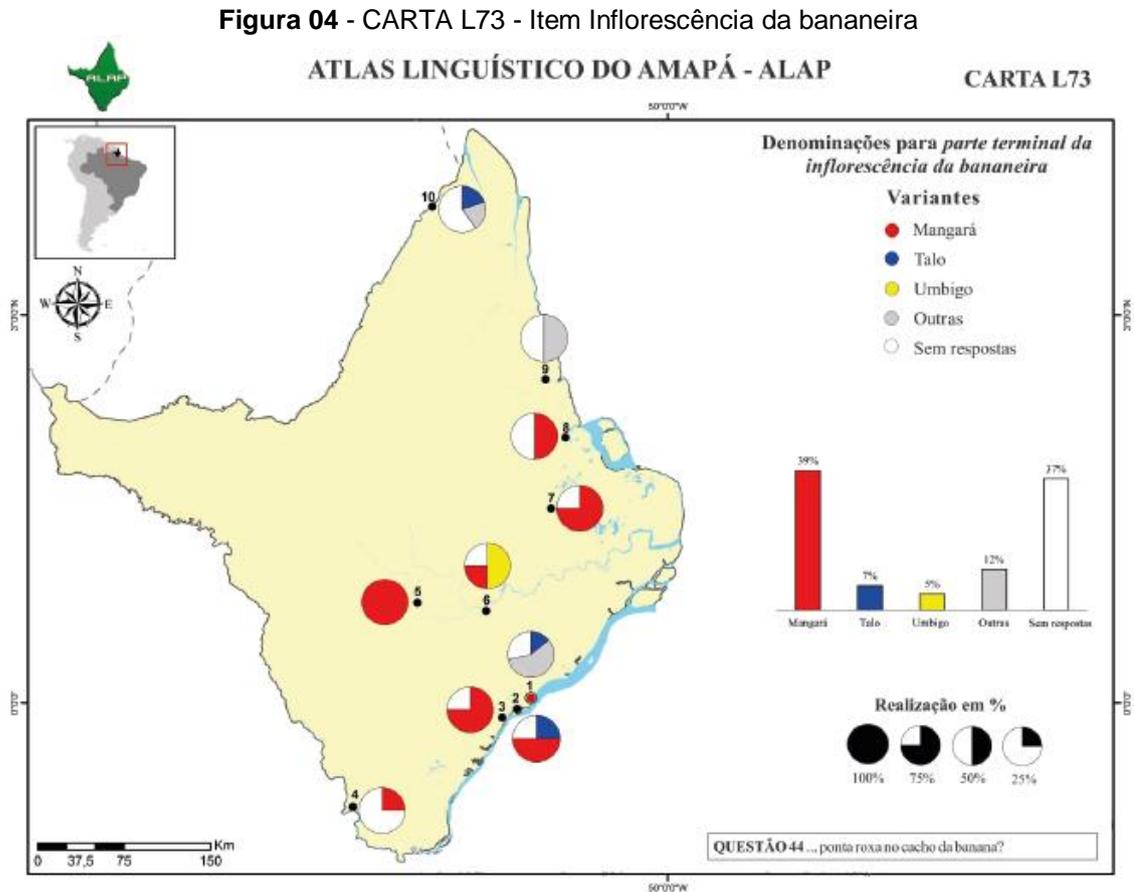
### c) CARTA L48 – “PROSTITUTA”



Fonte: Razky, Ribeiro e Sanches (2017, p.168).

A carta 48 (fig. 03) mostra que, do ponto de vista geográfico, a variante predominante no Amapá na designação de uma mulher que se vende para qualquer homem é “*prostituta*”, com 44% das ocorrências totais, seguida de “*puta*” (13%), “*mulher da vida*” (10%), “*quenga*” (7%), “*mulher solteira*” (5%), “*periguete*” (5%) e *outras* (16%). Entre as variantes documentadas, selecionamos o item lexical “*quenga*”, que foi registrada em quatro localidades no Estado: Laranjal do Jari (04), Tartarugalzinho (07), Amapá (08) e Calçoene (09). Os seus informantes são: um homem de 18 a 30 anos e dois homens de 50 a 75 anos; uma mulher de 18 a 30 anos.

d) CARTA L73 – “PARTE TERMINAL DA INFLUORESCÊNCIA DA BANANEIRA”.



Fonte: Razky, Ribeiro e Sanches (2017, p.218).

A carta 73 (fig. 04), por sua vez, mostra que, do ponto de vista geográfico, a variante predominante no Amapá na designação da ponta roxa no cacho da banana é “*mangará*”. Este item lexical, em específico, representa 39% das ocorrências totais e foi registrada em nove localidades no Estado: Macapá (01), Santana (02), Mazagão (03), Laranjal do Jari (04), Pedra Branca do Amapari (05), Porto Grande (06), Tartarugalzinho (07), Amapá (08) e Calçoene (09). Com relação aos informantes dessa lexia, constam: quatro homens de 18 a 30 anos e seis homens de 50 a 75 anos; uma mulher de 18 a 30 anos e sete mulheres de 50 a 75 anos.

- **Os dados do ALAP (2017) e do IBGE (2010) como evidências da presença nordestina no estado do Amapá**

Após selecionar e organizar os dados, verificamos como tais lexias estão, atualmente, registradas em dicionários de língua portuguesa conceituados, direcionados ao público em geral. Assim sendo, foram consultados três dicionários de língua portuguesa: o *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2012); o *Dicionário Online Caldas Aulete* (2022) e o *Dicionário Michaelis On-line* (2022). Como resultado, observou-se que, com exceção de “capote”, todos os itens lexicais estão atualmente dicionarizados como sendo regionalismos do Nordeste Brasileiro. Se levarmos em consideração a marca dialetal atribuída nestes itens lexicais, o registro dessas ocorrências no estado do Amapá indicaria, no mínimo, que estas variantes estão se expandido para além dos limites geográficos (pré) estabelecidos.

Aguilera (2009), tratando da distribuição das variantes lexicais que denominam “*galinha d’angola*” nos dados do ALiB (CARDOSO, 2014), constata que a variante “picote” é uma forma dialetal por excelência do falar amazônico, visto que é a variante mais produtiva na Região Norte, ocorrendo em todas as capitais, com exceção de Rio Branco, onde “*capote*” é a única variante registrada. Todavia, o autor ressalta que, apesar de ser registrada na capital acreana, “*capote*” é uma variante bem delimitada diatopicamente, registrada apenas nas capitais nordestinas de São Luís, Teresina e Fortaleza. Logo, o autor pressupõe que essa variante foi “certamente trazida na época da exploração das seringueiras, como variante dialetal, pelos nordestinos ou nortistas: maranhenses, piauienses e cearenses” (AGUILERA, 2009, p.9).

Uma análise de forma semelhante à de Aguilera (2009) pode ser realizada nesta pesquisa. Os dados do IBGE (2010) mostram que a população nordestina residente no estado do Amapá é oriunda, majoritariamente, dos estados do Maranhão, do Piauí e do Ceará (exatamente os locais onde a variante “*capote*” é fortemente catalogada como forma dialetal). Os dados coletados do Atlas Linguísticos do Amapá – ALAP (2017) apontam, portanto, que os registros dessa variedade no estado do Amapá podem ser justificados devido à presença dos falantes nordestinos oriundos dessas localidades nordestinas em específico.

Costa e Isquerdo (2010), analisando as designações para “pernilongo” nas capitais brasileiras documentadas pelo ALiB (CARDOSO, 2014), constatam que 50% das variantes apresentadas são de base indígena e que há uma hegemonia regional

de certos designativos, citando, como exemplo, a predominância da variante “*muriçoca*” no Nordeste e a variante “*carapanã*” no Norte. Diante disso, os autores afirmam que os dados do ALiB ratificam as marcas dialetais atribuídas pelos dicionaristas Houaiss (2001) e Ferreira (2004), nos quais identificam as variedades “*muriçoca*” e “*carapanã*” como sendo regionalismos/ brasileirismos, a primeira, da Região Nordeste e, a segunda, da Região Amazônica.

Analisando os dados do Atlas Linguístico do Amapá – ALAP (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017), é interessante observar que, apesar da prevalência incontestável da variante “*carapanã*” em todo território amapaense, a frequência de ocorrência da variante “*muriçoca*” no estado também não deixa de ser alta. Em Pedra Branca do Amapari (05), em especial, a frequência de ocorrência de “*muriçoca*” chega a ser maior do que a frequência de ocorrência da variante “*carapanã*”. No caso de Pedra Branca do Amapari (06), deve-se observar que, de acordo com o IBGE (2010), a proporção de falantes nordestinos residentes nessa localidade é a segunda mais elevada do estado: de 10.772 pessoas residentes no município em 2010, 1.477 eram nordestinos (o que significa 13,71% da população local).

Sanches (2015), ao averiguar a variação lexical nos dados do Atlas Geossociolinguístico do Amapá, observa que a variante lexical “*prostituta*” predomina em todos os pontos de inquéritos e destaca que a variante “*quenga*” se sobressai em Laranjal do Jari (04), com 26% de frequência. Tratando do índice de nordestinos residentes nesta localidade, os dados do IBGE (2010) mostram que, de 39.942 pessoas residentes em Laranjal do Jari, 4.804 pessoas eram provenientes da região nordestina, isto é, cerca de 12,02% da população total. Se consideramos a marca dialetal atribuída a esse item lexical, o uso de “*quenga*” em Laranjal do Jari (04), portanto, evidencia a presença dos nordestinos nessa região e a sua influência sobre a variedade do Português falado nessa localidade.

Além de Pedra Branca do Amapari (03) e Laranjal do Jari (04), os dados do IBGE (2010) também apresentaram uma proporção bastante significativa de falantes nordestinos em relação a população total nas seguintes localidades do Amapá: Porto Grande (06), com 10,83%; Calçoene (09), com 14,28% e Oiapoque (10), com 12,92%. Todavia, é importante ressaltar que o número de falantes nordestinos nas demais localidades amapaenses não deixa de ser relevante e, embora os registros de “*quenga*” nessas localidades tenham ocorrido com menor frequência, a análise sobre

o registro desses usos pode ser realizada de maneira semelhante à análise realizada sobre o uso de “quenga” em Laranjal do Jari (04).

O registro de “mangará”, por sua vez, traz outros pontos interessantes de serem analisados. Este item lexical, em específico, foi registrado de forma quase que unânime no estado, com maior ocorrência em Santana (02), Mazagão (03), Pedra Branca do Amapari (05), Tartarugalzinho (07) e Amapá (08). Em Pedra Branca do Amapari (05), esse registro é de 100%. Além da forte presença nordestina nesta localidade, uma outra justificativa para essa ocorrência é o fato de que o cultivo da banana é uma das principais atividades agrícolas da região, havendo até mesmo a promoção de um festival anual em homenagem ao fruto, o Festival da Banana. Tais fatores, a forte presença nordestina e a cultura da banana nesta localidade, certamente devem ter influenciado aos moradores locais no conhecimento do termo que designaria a ponta roxa no cacho da banana, o que levou a um registro mais expressivo do termo “*mangará*” nesta localidade.

- **Observações empíricas sobre os dados analisados**

Como falante nordestina, a autora deste trabalho teve oportunidade de reconhecer as variantes aqui analisadas em seu próprio vocabulário. Infelizmente, devido à pandemia de Covid-19, que ocorreu durante a elaboração desta pesquisa, foi impossibilitado uma pesquisa de campo mais detalhada e aprofundada com outros falantes nordestinos que residissem no estado. Embora houvesse essa limitação do distanciamento social, em seu ambiente familiar, foram coletadas algumas informações sobre as variantes aqui analisadas. Essas informações foram originadas de forma empírica, em sua própria casa, a partir de conversas espontâneas realizadas com familiares e amigos, durante momentos de jantar e reunião em sala de estar. Julgando que tais observações são pertinentes para este trabalho e para possíveis trabalhos futuros, serão relatadas a seguir.

Dentro do grupo analisado, observou-se que “*capote*” não se encontra em concorrência com a variante vernáculo “*picote*”, sendo unanimemente registrado nas práticas linguísticas tanto dos falantes mais velhos quanto dos falantes mais novos, tanto dos homens quanto das mulheres. Questionando a origem deste uso, observou-se que “*capote*” foi trazido da terra natal dos informantes, no noroeste do Ceará,

chamada Frecheirinha, onde “*capote*” é a única forma conhecida para referirem-se a “*galinha d’angola*”.

No caso da variante “*muriçoca*”, observou-se que, apesar de continuarem utilizando cotidianamente essa variante, ao longo dos anos, o grupo analisado tem diminuído a predileção do seu uso em favor da variante vernáculo “*carapanã*”. Essa predileção se torna ainda mais evidente se centrarmos as observações na fala das mulheres e dos mais jovens.

Acerca de “*quenga*”, observou-se que este item lexical está caindo em desuso em favor da variante “*puta*”. Os falantes adultos consideram esse termo extremamente pejorativo para se referir a alguém e, de modo geral, utilizam-no em suas práticas linguísticas em situações de fala estritamente específicas, como em contexto familiar ou entre amigos íntimos, visando dar tom cômico à situação comunicacional ao usar uma variante que é tradicionalmente identificada como de baixo escalão em sua região de origem. Esse mesmo cuidado no uso de “*quenga*” não é verificado na fala dos mais jovens, embora haja uma predileção pelo uso do termo “*puta*”.

Por fim, analisado o uso do termo “*mangará*”, observou-se que o uso desse item lexical se restringe aos adultos que vivenciaram a vida e o trabalho árduo no campo dos sertões nordestinos. Pessoalmente, a autora deste trabalho desconhecia a existência deste termo. A mesma situação de desconhecimento foi observada quando foram questionados outros jovens. Mas, ao entrevistar familiares adultos sobre o termo que designaria a ponta roxa no cacho da banana, foi obtida a resposta unânime de “*mangará*”. Um fator importante na compreensão desse impasse entre os mais jovens e os mais adultos, é o fato de que os mais jovens não vivenciaram a mesma realidade interiorana dos mais adultos, como trabalhadores do campo (da roça).

- **Perspectivas de uma sociolinguística crítica**

Embora as lexias aqui analisadas sejam descritas nos registros formais como marca dialetal da região nordestina, assim como os dados obtidos por esta pesquisa, diversas outras pesquisas linguísticas<sup>4</sup> evidenciam a predominância de uso desses itens lexicais para além dos limites geográficos (pré) estabelecidos. Essas pesquisas

---

<sup>4</sup> Os trabalhos de Barbosa e Isquerdo (2017) e Razky; Ribeiro e Sanches (2017), em especial, tratam do registro de “*muriçoca*” no Amapá e mencionam a presença nordestina como causas para esses registros.

contribuem tanto para a desmitificação das crenças homogeneizantes de língua e sociedade quanto para o fortalecimento da ideia de um continuum social, cultural e linguístico brasileiro.

Lucchesi (2015), tratando das limitações teóricas da sociolinguística, explica que o problema aparece quando os principais teóricos variacionistas, apesar de tomarem a gramática geral da comunidade de fala como objeto de estudo, apresentam uma visão de comunidade de fala unificada associada a uma concepção de sociedade hierarquizada e unificada.

Conforme o autor, o modelo variacionista avança com a definição da comunidade de fala a partir da adoção de um sistema único de avaliação social da língua. A comunidade de fala passa a ser definida pelos sociolinguistas “não apenas pela semelhança nos usos linguísticos, mas, sobretudo, pela uniformidade do sistema de juízos de valores sobre os usos da língua que é compartilhado pelos membros dessa comunidade” (LUCCHESI, 2015, p.46). Em outras palavras, os membros de uma comunidade se reconheceriam, portanto, devido a uma convergência em torno de um “ideal comum” de língua, isto é, de uma norma padrão. “Essa *norma de referência linguística* orienta o conjunto das reações subjetivas, positivas ou negativas, dos falantes da comunidade, em face do emprego das variantes linguísticas, nas situações concretas de interação verbal” (LUCCHESI, 2015, p. 63).

Apesar desse avanço alcançado pela sociolinguística com a definição de comunidade de fala, o autor aponta argumenta que a visão laboviana de comunidade de fala é limitada, uma vez que “se baseia em determinada concepção de sociedade, hierarquizada e unificada em torno de um consenso que reflete a hegemonia das classes dominantes” (LUCCHESI, 2015, p.47).

Assim como apontado por Lucchesi (2015), Pinto (2013), revisitando as noções de língua, dialeto e variedade que sustentam as descrições linguísticas do Português, destaca que grande parte dos estudos linguísticos do português no Brasil apresentam uma noção de língua e sociedade como “conjuntos relativamente homogêneos”, passíveis de estratificação: o primeiro, em dialetos e variedades e, o segundo, pelo par xifópago classe-escolaridade.

Abordando a ideia de homogeneidade variável, Pinto (2013, p. 126) explica que o português foi materializado por um discurso hegemônico enraizado na invenção da nação portuguesa, que “esconde interações e conexões entre falantes, homogeneizando práticas linguísticas diversificadas com o nome de “língua

portuguesa". A autora afirma, ainda, que esse discurso vem sendo propagado e legitimado pelas políticas linguísticas institucionalizadas, encobrando a falácia da prefiguração identitária de que os falantes que importam são também "aqueles que pertencem a uma classe de acesso privilegiado à escolarização" (PINTO, 2013, p. 123) e a sua hierarquia linguística.

Expondo que as descrições sociolinguísticas abusam de critérios metodológicos para conseguir compor um corpus que represente a tal homogeneidade linguística e social, a autora aponta que o posicionamento de Cardoso (2001), ao defender que qualquer descrição de variedade, de dialeto ou língua deve ter controle sobre "as variáveis socioculturais dos informantes", indica "como a descrição de línguas e seus correlatos depende metodologicamente da estabilidade e homogeneidade de grupos sociais" (PINTO, 2013, p.129).

A autora ressalta que os estudos linguísticos têm tratado o Português como uma homogeneidade variável, unitária e total em si mesma, e qualquer prática linguística que represente uma alteração em relação à essa homogeneidade é considerada uma "exceção" da regra, pois "as estruturas da língua não podem ser senão aquelas já encontradas no português europeu e nas forças de sua mudança "natural" (PINTO, 2013, p.140).

No âmbito da hierarquização linguística, a autora afirma que as descrições linguísticas apresentam duas posições firmes em relação à língua portuguesa e às práticas linguísticas híbridas: "o "verdadeiro português" é aquele falado por pessoas nativas e monolíngues, estáveis em sua região e em sua classe" (PINTO, 2013, p. 140) e "o contato entre línguas geraria simplificação, enquanto a deriva românica apresenta forças" (PINTO, 2013, p.134).

Fazendo uma análise desses posicionamentos, a autora constata que as descrições do português no Brasil apresentam uma noção de língua comparável às formulações da moderna Alemanha do Século XVIII, em que a língua é enxergada como algo concreto, uma propriedade pertencente de forma coletiva aos seus falantes nativos, nos quais descendem de um grupo distinto e que possuem uma língua distinta e um território distinto.

Para a autora, as grandes transformações do mundo contemporâneo ajudaram a evidenciar ainda mais as aproximações existentes entre práticas linguísticas consideradas como "dialeto" distintos e, com isso, ofereceram abertura para rever as noções de língua, dialeto e variedade que sustentam as descrições linguísticas. No

entanto, Pinto (2013) argumenta que, apesar de reconhecerem os impactos dessas transformações nas metodologias de suas pesquisas, as descrições permanecem defendendo a manutenção das diferenças regionais como foco de suas análises.

Acreditando na ideia de que as interações globais e/ou locais que foram multiplicadas no mundo contemporâneo e globalizado de hoje, resultam em identidades recombinantes, Pinto (2013, p. 141) defende que relacionar “fenômenos comunicativos produzidos por identidades recombinantes” à “língua portuguesa” é uma estratégia útil tanto para mudar a forma como os estudos linguísticos olham para o português nos dias atuais como para contestar a falácia da prefiguração identitária e tensionar as hierarquias linguísticas nas quais essa falácia se sustenta.

Nessa visão, as práticas linguísticas são parte e parcela de um *continuum* sociocultural (isto é, ao mesmo tempo que constroem, são produzidas por identidades recombinantes), se configurando como um “*continuum* linguístico” que reúne as “qualidades recombinantes das línguas misturadas, hibridizadas e crioulizadas” (PINTO, 2013, p.142).

A estratégia de compreender as práticas linguísticas do português como um *continuum* de fenômenos de identidades recombinantes aproveita ao máximo a crítica à suposta divisão dialetal e a prefiguração identitária de que ela depende. Se estamos lidando com um *continuum* linguístico, não tratamos mais de uma homogeneidade variável, ou seja, não se trata mais da mesma língua com diferenças regionais. No *continuum*, o mito do "português", construído na narrativa fantasiosa da "língua nacional" desde o século XIII e mitificada como "herança que une a nossa nação monolíngue", se desfaz. O português esparrama-se e se ajunta em consonância com diferentes formas de diáspora e conexão entre as pessoas (PINTO, 2013, p.141).

Ainda criticando à descrição de línguas, a autora explora as duas metáforas de imobilização usadas por Cardoso (2001) para discutir o projeto ALiB: a da fotografia e a do mapa. Assumindo a língua como um conjunto dinâmico e complexo, Pinto (2013, P.130) afirma que essas metáforas de imagem fixa apagam o movimento que congelam, porque “o ponto de vista estabelece os pressupostos que depois se alega descrever de tal forma que "dados" divergentes são tratados como fora do perfil traçado”, indicando que a metáfora de vídeo, no sentido de uma imagem em movimento, seria mais interessante para os estudos linguísticos.

Apesar disso, a autora analisa que essas três metáforas implicam em um afastamento do evento que se mostra e conclui que a melhor opção para entender o conjunto das línguas no Brasil seria a metáfora da rede. Conforme Pinto (2013, p.143), a metáfora da rede é mais compatível com o *continuum* linguístico brasileiro pois

“somos nós mesmas (os) parte dessa rede, tecida coletivamente, que podemos ver em parte, e de cuja tessitura participamos como falantes e como pesquisadoras (es)”.

De modo semelhante, Lucchesi (2015) defende que a comunidade de fala deve ser pensada como “um *continuum* de graus de pertencimento”, que vai desde os grupos de fala locais até as grandes comunidades linguísticas internacionais. Para isso, o autor afirma que é necessário chegar à uma concepção de comunidade de fala cuja delimitação deve ser caracterizada pela fluidez.

O autor aponta que um critério decisivo na delimitação de comunidades linguísticas seria o que denomina de *indulgência com o estrangeiro*: “quando um falante reconhece na fala de seu interlocutor uma forma que seria condenada na sua comunidade de fala, mas que ele reputa como legítima na fala do outro, é porque pertencem a comunidades de fala distintas” (LUCCHESI, 2015, p.66). Concluindo, o autor defende que somente a análise globalizante da comunidade de fala possibilitada pela abordagem sócio-histórica conseguiria desenredar a investigação sociolinguística do atomismo no qual o empirismo mecanicista a encerrou.

Para além da abordagem sócio-histórica, o autor apresenta também o modelo de pesquisa desenvolvido por Milroy e Milroy (1980, 1992), baseado no conceito de *rede social*. Esse modelo, que situa os falantes em redes, visa identificar as dinâmicas sociais que condicionam as mudanças na língua ao captar a dinâmica dos comportamentos interacionais dos falantes.

“O princípio teórico básico é o de que o comportamento do falante individual, em grande parte é determinado por sua *rede de relações sociais*” (LUCCHESI, 2015, p.71). Essas redes são estabelecidas na vida cotidiana dos indivíduos e são constituídas por ligações de diferentes tipos (parentesco, amizades, ambiente de trabalho, etc.), variando de um indivíduo para o outro (COELHO, 2015).

Dessa forma, “uma análise sociolinguística baseada em redes procura captar a dinâmica dos comportamentos interacionais dos falantes e possibilita o estudo de pequenos grupos sociais, como grupos étnicos minoritários, migrantes, populações rurais etc” (COELHO et. al., 2015, p.68).

Pratt (2013), por sua vez, ressalta que a realidade da experiência linguística nas sociedades estratificadas modernas é fraturada e que a homogeneidade da comunidade imaginada não passa de “uma utopia linguística”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fortes ondas migratórias nordestinas para a Região Norte ocorridas desde o século XIX, em especial, para o Amapá, promoveram o surgimento de novas redes de relações sociais e culturais entre os falantes de ambas as regiões. Essas novas redes de relações foram responsáveis por tecer e moldar a realidade sociocultural e linguística da região amazônica como um todo, conectando práticas linguísticas consideradas “distintas”, ora como “dialeto” nas descrições linguísticas, ora como “regionalismos/brasileirismos” nos dicionários.

Os dados recortados do Atlas Linguístico do Amapá - ALAP (RAZKY; RIBEIRO; SANCHES, 2017) apresentados neste estudo apontam que, por mais que a língua e sociedade brasileira sejam tradicionalmente analisadas como conjuntos homogêneos, passíveis de estratificação, na prática, logo percebemos que essa perspectiva apenas nos levará a abusar de critérios metodológicos para controlar o “incontrolável”.

A sociedade amapaense é extremamente heterogênea, sendo composta por pessoas de diversas regiões brasileiras, etnias e até por pessoas estrangeiras, que estão inseridas em todos os níveis econômicos, políticos e sociais do estado. Essa situação se reflete diretamente no falar do povo amapaense e, conseqüentemente, nos dados coletados pelas pesquisas linguísticas.

Diante dessas constatações, podemos concluir que não conseguiremos abarcar a totalidade de fenômenos linguísticos encontrados no Brasil se não considerarmos em nossas pesquisas a multiplicidade e dinamicidade do mundo atual, que compõem comunidades de fala com delimitações cada vez mais fluídas.

Acerca da rede social amapaense, é importante deixar claro que, por mais que ainda não sejam devidamente visibilizados nas pesquisas linguísticas, os nordestinos que residem no Amapá estão há muito tempo incluídos na rede social amapaense, não só fazendo parte dessa comunidade, mas tecendo essa rede, participando como cidadãos, falantes e, aqui me incluo, pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Léxico e áreas dialetais**: o que podem demonstrar os dados do ALiB. ABRALIN, 2009. Disponível em: <[www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN\\_2009\\_vol\\_2/PDF-VOL2/Microsoft%20Word%20-%20Vanderici%20de%20Andrade%20Aguilera.pdf](http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009_vol_2/PDF-VOL2/Microsoft%20Word%20-%20Vanderici%20de%20Andrade%20Aguilera.pdf)>. Acesso em: 15 de março de 2022.
- AULETE, Caldas. **Dicionário Caldas Aulete**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. Versão online. Disponível em: <[www.aulete.com.br](http://www.aulete.com.br)>. Acesso em 12 de março de 2022.
- BAENINGER, Rosana. **Migrações internas no Brasil**. Coletiva, n. 13, jan/fev/mar/abr 2014. Disponível em: <[www.coletiva.labor.unicamp.br/index.php/artigo/migracoes-internas-no-brasil/](http://www.coletiva.labor.unicamp.br/index.php/artigo/migracoes-internas-no-brasil/)>. Acesso em: 17 de maio de 2021.
- BARBOSA, T.; ISQUERDO, A. N. **Um estudo no campo léxico da fauna nas regiões norte e sul do Brasil**: o caso do pernilongo. Revista Philologus, Ano 23, Nº 67 Supl.: Anais do IXI SINEFIL. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2017. Disponível em: <[www.filologia.org.br/rph/ANO23/67supl/089.pdf](http://www.filologia.org.br/rph/ANO23/67supl/089.pdf)>. Acesso em: 14 de março de 2022.
- BARBOZA, E. H. L. **A hidra cearense**. Rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884). Tese de doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP. São Paulo, 2013. 255p. Disponível em: <[www.sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12781/1/Edson%20Holanda%20Lima%20Barboza.pdf](http://www.sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12781/1/Edson%20Holanda%20Lima%20Barboza.pdf)> Acesso em: 30 de setembro de 2021.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo. Parábola, 2002.
- CARDOSO, Suzana (*et al.*). **Atlas Linguístico do Brasil**: cartas linguísticas 1. Londrina: EDUEL, 2014.
- CARDOSO, Suzana Alice. Dialetoлогия. In: MOLLICA; M. C.; FERRAREZI JR., C. (Orgs.). **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 13-22.
- COELHO, I. L.; GORSKI, E. M.; SOUZA, C. M, N; MAY, G. H. **Para Conhecer Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015, v.1. p.176.
- COSTA, D. de S. S. **Léxico indígena nas capitais brasileiras**: um estudo geolinguístico. 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012. Disponível em: <[www.alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/costa\\_daniela.\\_o\\_lexico\\_indigena.pdf](http://www.alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/costa_daniela._o_lexico_indigena.pdf)> Acesso em: 14 de março de 2022.
- COSTA, D.; ISQUERDO, A. N. **Designações para “pernilongo” nas capitais brasileiras**: um estudo geolinguístico e léxico-semântico. **Travessias**, Cascavel, v. 4, n. 3, 2010. Disponível em: <[ww.e-](http://www.e-)

revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3226>. Acesso em: 14 de março de 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Aurélio**: O dicionário da língua portuguesa. 8 ed. Curitiba: Editora Positivo Ltda, 2010. 960p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Migração e deslocamento: resultados da amostra, comentário dos resultados. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <[www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/88/cd\\_2000\\_migracao\\_deslocamento\\_amostra.pdf](http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/88/cd_2000_migracao_deslocamento_amostra.pdf)>. Acesso em: 12 de maio de 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. 2010. Disponível em: <[www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd\\_2010\\_nupcialidade\\_fecundidade\\_migracao\\_amostra.pdf](http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf)>. Acesso em 12 de maio de 2021.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LUNA, V. X. **Um cais que abriga histórias de vida**: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá (1943-1970). Edições do Senado Federal, v. 278. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2020. 264p. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573449/Cais\\_abriga\\_historias\\_vida.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573449/Cais_abriga_historias_vida.pdf)> Acesso em: 18 de outubro de 2021.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <[www.michaelis.uol.com.br/busca?id=OWQE](http://www.michaelis.uol.com.br/busca?id=OWQE)>. Acesso em: 14 de março de 2022.

NUNES, E. S.; SILVA, J. G.; QUEIROZ, S. N. de. **Migração inter-regional no Brasil**: o que há de novo? In: Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), 2017. Disponível em: <[www.anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2047/2026](http://www.anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2047/2026)> Acesso em: 30 de setembro de 2021.

PEREIRA, R. M. R. **Demandas Sociais e Práticas Políticas no Brasil Contemporâneo**. Revista de História da UEG. Anápolis – GO, v. 4, n. 2, p. 262-278, ago./dez. 2015. Disponível em: <[www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4508/3049](http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4508/3049)>. Acesso em 13 de maio de 2021.

PINTO, J. P. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In.: MOITA LOPES, L. P. **O Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. P. 120-143.

PRATT, M. L. **Utopias linguísticas**. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v. 52, n. 2, p. 437–459, 2013. Disponível em:

<[www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645380](http://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645380)>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

RAZKY, A.; GOMES, E. D.; GUEDES, R. J. **Variação lexical na mesorregião sudeste do Pará: um olhar sobre os dados do atlas léxico sono do Pará – ALeSPA. Revista Philogus**, Ano 23, n. 67, Supl.: Anais do IXI SINEFIL. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr, 2017. Disponível em: <[www.filologia.org.br/rph/ANO23/67supl/090.pdf](http://www.filologia.org.br/rph/ANO23/67supl/090.pdf)>. Acesso em: 15 de março de 2022.

RAZKY, A.; RIBEIRO, C. M. da R.; SANCHES, R. D. **Atlas linguístico do Amapá**. São Paulo: Labrador, 2017.

RAZKY, A.; RIBEIRO, C.; SANCHES, R. O projeto Atlas Linguístico do Amapá (ALAP): Caminhos percorridos e estágio atual. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 61, n. 2, 2017. DOI: 10.1590/1981-5794-1709-3. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/8643>. Acesso em: 14 de março de 2022.

SANCHES, R. D.; CAMARÃO, L. G. Q. M. **Perfil do fonema /r/ em coda silábica no falar amapaense**. Estudos Linguísticos e Literários, Salvador, n. 67, p. 367–389, 2021. DOI: 10.9771/ell.v0i67.38557. Disponível em: <[www.periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/38557](http://www.periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/38557)>. Acesso em: 16 de março de 2022.

SANCHES, Romário Duarte. **Variação lexical nos dados do Projeto Atlas Geossociolinguístico do Amapá**. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Letras. Disponível em: <[www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8127/1/Dissertacao\\_VariacaoLexicalDados.pdf](http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8127/1/Dissertacao_VariacaoLexicalDados.pdf)> Acesso em 30 de novembro de 2021.

SANCHES, Romário Duarte; GONÇALVES, Rosilene Miranda. **O Rotacismo na Fala de Amapaenses**. Revista Sociodialeto, n. 29, p. 122-140, nov. 2019. Disponível em: <[www.sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/244/224](http://www.sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/244/224)>. Acesso em 30 de novembro de 2021.

SANTOS, M. C.; ISQUERDO, Aparecida Negri. **O léxico das regiões Norte e Sul: discutindo dados do Projeto ALiB**. REVISTA PHILOLOGUS, v. 23, p. 1-13, 2017. Disponível em: <[www.filologia.org.br/rph/ANO23/67supl/062.pdf](http://www.filologia.org.br/rph/ANO23/67supl/062.pdf)>. Acesso em: 14 de março de 2022.

VALE, Ana Lia Farias; LIMA, Luís Cruz; BONFIM, Maria Geovaní. **Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil**. Textos e Debates: Revista de Filosofia e Ciências Sociais da UFRR, Boa Vista - RR, n. 7, 2004. Disponível em: <[www.revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/1027](http://www.revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/1027)>. Acesso em: 12 de maio de 2021.